

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA

KATIA REGINA GONÇALVES DE JESUS

**INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DA ACESSIBILIDADE NO AMBIENTE DA
BIBLIOTECA:** estudo de caso de alunos Portadores de Necessidades Especiais da Escola
de Música da Universidade Federal do Pará

BELÉM
2016

KATIA REGINA GONÇALVES DE JESUS

**INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DA ACESSIBILIDADE NO AMBIENTE DA
BIBLIOTECA:** estudo de caso de alunos Portadores de Necessidades Especiais da Escola
de Música da Universidade Federal do Pará

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção de grau de Bacharel
em Biblioteconomia à Faculdade de
Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof^a.Me. Maria Raimunda de Sousa
Sampaio

BELÉM
2016

Dados Internacional de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural / UFPA, Belém-PA

Jesus, Kátia Regina Gonçalves de

Inclusão social por meio da acessibilidade no ambiente da Biblioteca: estudo de caso de alunos Portadores de Necessidades Especiais da Escola de Música da UFPA / Kátia Regina Gonçalves de Jesus; orientadora, Maria Raimunda de Sousa Sampaio. – 2016.

57 p.: il.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal do Pará, curso de Biblioteconomia, 2016.

1. Inclusão social. 2. Acessibilidade. 3. Escola de Música da UFPA. I. Sampaio, Maria Raimunda de Sousa, orientadora. II. Título.

CDD – 22. Ed.: 305.908

KATIA REGINA GONÇALVES DE JESUS

**INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DA ACESSIBILIDADE NO AMBIENTE DA
BIBLIOTECA:** estudo de caso de alunos Portadores de Necessidades Especiais da Escola
de Música da Universidade Federal do Pará

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção de grau de Bacharel
em Biblioteconomia à Faculdade de
Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof^a.Me. Maria Raimunda de Sousa
Sampaio.

Banca examinadora:

Prof^a.Me. Maria Raimunda de Sousa Sampaio
(Orientadora - FABIB UFPA)

(Membro)

(Membro)

Apresentado em:

Conceito:

Dedico este trabalho à minha família,
meu maior patrimônio

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por tudo que tem feito por mim, pois tudo que tenho, que sou e o que vier a ser é por Ele e para Ele;

Ao meu esposo Luiz Valdo de Jesus, pela dedicação em todos os momentos de nossas vidas, compreendendo minhas ausências e me apoiando em tudo;

Aos meus filhos Lukas e Letícia que sempre me incentivaram a retomar os estudos e me estimularam a continuar nos momentos de dificuldades;

Aos meus pais Alcebíades Pio e Eliza Gonçalves, pelo amor incondicional;

Aos meus irmãos pelo carinho e apoio em todos os momentos;

Aos meus colegas de turma, que fizeram com que esses anos de estudos fossem inesquecíveis;

A todos os professores pela dedicação ao ensino e incentivo a ir além;

À professora Maria Raimunda de Sousa Sampaio, pelo profissionalismo, pela paciência e valiosas orientações que permanecerão comigo;

Aos cooperadores da EMUFPA, bibliotecário Marcos Paixão, Raul e Kátia pela valiosa ajuda para a realização deste trabalho;

À bibliotecária Vera Fadul Lima, pelo exemplo, incentivo e apoio sempre que precisei;

Aos componentes da banca examinadora por aceitarem fazer a avaliação deste Trabalho de Conclusão de Curso;

À Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas e Faculdade de Biblioteconomia pela oportunidade de realizar este sonho;

Enfim, a todos que de uma maneira direta ou indireta contribuíram para que eu chegasse até o final desta jornada acadêmica.

“Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”. (Mantoan)

RESUMO

Enfatiza a importância da inclusão social aos Portadores de Necessidades Especiais (PNE) dentro dos ambientes escolares, ressaltando sua relevância para o desenvolvimento educacional e social. Através de pesquisa bibliográfica, apresenta quais pessoas podem ser inseridas dentro dos conceitos para PNE e as definições para deficiências de acordo com a Constituição Federal. Mostra a importância da acessibilidade no ambiente da biblioteca como condição para o reconhecimento dos cursos. Apresenta a evolução do conceito de acessibilidade física, a partir dos princípios do Desenho para Todos. Elenca os marcos legais que apoiam a inclusão social de deficientes. Através de estudo de caso feito na Escola de Música da Universidade Federal do Pará, Identifica os alunos PNE que são usuários da biblioteca. Através da análise do conteúdo das entrevistas feitas com alunos PNE e servidores da biblioteca verificou-se que a maioria dos alunos PNE que frequentam o ambiente da biblioteca são os deficientes visuais e as maiores barreiras enfrentadas por estes são: a falta de acessibilidade, tanto tecnológica como bibliográfica e aponta as possíveis melhorias que beneficiarão os mesmos.

Palavras-chave: Inclusão Social. Portador de Necessidade Especial. Biblioteca da EMUFPA.

ABSTRACT

It emphasizes the importance of social inclusion for Special Need Carrier (SNC) within school environments, highlighting its relevance to the educational and social development. Through bibliographical research, which shows people can be inserted into the concepts for SNC and settings for deficiencies in accordance with the Federal Constitution. It shows the importance of accessibility in the library environment as a condition for the recognition of courses. It shows the evolution of the concept of accessibility, from the principles of Design for All. Lists the Legal frameworks that support the social inclusion of disabled. Through case study at the Music School of the Federal University of Pará, identifies the SNC students who are library users. Through content analysis of the interviews with SNC students and library servers found that most SNC students in the library environment are visually impaired and the biggest barriers faced by them are: lack of accessibility, both technological as literature and points out possible improvements that will benefit them.

Keywords: Social Inclusion. Special Need Carrier. Library EMUFPA.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Espaço físico da biblioteca	35
Quadro 02- Espaço para leitura e estudo	35
Quadro 03- Quantidade de computadores na biblioteca	35
Quadro 04- Usuários inscritos por categoria	36
Quadro 05- Demonstrativo do acervo geral	36
Quadro 06- Material em Braille por tipo de obra	37
Quadro 07- Pessoas PNE entrevistadas na EMUFPA	40
Quadro 08- Resultado da pergunta nº 1	41
Quadro 09- Resultado da pergunta nº 2	41
Quadro 10- Resultado da pergunta nº 3	42
Quadro 11- Resultado da pergunta nº 4	42
Quadro 12- Resultado da pergunta nº 5	42
Quadro 13- Resultado das perguntas nº 6, 7 e 8	43
Quadro 14- Resultado da pergunta nº 9	43
Quadro 15- Resultado da pergunta nº 10	44
Quadro 16- Servidores da EMUFPA entrevistados	44
Quadro 17- Resposta da pergunta nº1 (servidores)	45
Quadro 18- Resposta da pergunta nº2 (servidores)	45
Quadro 19- Resposta da pergunta nº3 (servidores)	45
Quadro 20- Resposta da pergunta nº4 (servidores)	46
Quadro 21- Resposta da pergunta nº5 (servidores)	46

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACVA	Academia Cultural de Violoncelistas da Amazônia
CAM	Centro de Atividades Musicais
CEMID	Centro de Memória, Informação e Documentação
EMUFPA	Escola de Música da Universidade Federal do Pará
IES	Instituição de Ensino Superior
NAPNE	Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Específicas
NBR	Norma Brasileira de Regulamentação
PCA	Projeto Cordas da Amazônia
PCR	Pessoa com Cadeira de Roda
PMR	Pessoa com Mobilidade Reduzida
PNE	Portadores de Necessidades Especiais
PPGARTES	Programa de Pós Graduação em Artes
TPAH	Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	OBJETIVO GERAL	13
2.1	Objetivos específicos	13
3	METODOLOGIA	14
4	REFERENCIAL TEÓRICO	16
4.1	Portadores de Necessidades Especiais	16
4.2	Inclusão social na educação	17
4.3	Compreendendo os direitos à acessibilidade nas bibliotecas	20
4.4	Marcos legais sobre acessibilidade aos Portadores de Necessidades .. Especiais	23
5	A ESCOLA DE MÚSICA DA UFPA	28
5.1	Projetos de inclusão da escola de música	29
5.1.1	Projeto Cordas da Amazônia	30
5.1.2	Projeto Ensino Coletivo da Música Através do Violino para Pessoas com Deficiência Visual	32
5.1.3	Projeto de Extensão Iniciação ao Teclado Eletrônico em Grupo	34
para Adultos e Terceira Idade		
5.2	A Biblioteca da EMUFPA	34
6	RESULTADOS	40
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
	REFERÊNCIAS	52
	APÊNDICES	54

1 INTRODUÇÃO

Há tempos que inclusão social e acessibilidade têm se tornado temas bastante discutidos. Por essa razão, faz-se necessário abordar o assunto no contexto das bibliotecas por ser um ponto de referência no que se refere à inclusão social na educação. O presente trabalho trata sobre a *inclusão social por meio da acessibilidade no ambiente da biblioteca*. Quando tratamos de inclusão social de uma maneira geral, devemos incluir todas as pessoas que por qualquer motivo enfrentam algum tipo de barreira a qual lhe impeça de usufruir, com direito de igualdade, de todos os benefícios que os demais possuem.

Precisamos conceber a ideia de que os seres humanos possuem habilidades diferentes e que é necessário respeitar essas diferenças para oferecer condições de uso de todos os direitos. Para isso, muitos necessitam de condições especiais para o desenvolvimento de suas habilidades.

No que diz respeito à inclusão social em ambientes escolares de alunos Portadores de Necessidades Especiais (PNE), o problema não reside, apenas, em aceitar esse aluno com deficiência, mas principalmente em oferecer-lhe as condições necessárias para seu desenvolvimento educacional. Não é diferente quando nos referimos ao ambiente da biblioteca, dentro desse contexto, é extremamente constrangedor, tanto para o usuário como para o bibliotecário, não poder disponibilizar os serviços oferecidos a um aluno por este ser portador de algum tipo de necessidade especial.

Por muitos anos, vem se travando uma luta para diminuir essas dificuldades na inclusão social para PNE. É possível observar o avanço que tem se obtido no caminho da inclusão social por meio da educação formal desde os movimentos que lutam para conseguir que 100% das crianças ingressem nas escolas e concluam a educação básica, a inclusão de grupos étnico-raciais diferentes através de cotas nas universidades como também à inclusão de PNE em turmas regulares. Porém, apesar dos esforços, ainda é possível perceber as grandes dificuldades encontradas por essas pessoas dentro das escolas e, em particular, nas bibliotecas. O maior problema não reside simplesmente no ingresso a essas unidades de ensino, mas, acima de tudo na permanência desses alunos por causa das condições de acessibilidade que eles enfrentam no dia a dia dentro desses ambientes escolares.

O interesse pelo assunto proposto para este estudo partiu de experiências vivenciadas em momentos de aulas práticas na biblioteca da Escola de Música da Universidade Federal do Pará (EMUFPA). Em momentos que estávamos ali, foi possível perceber a ausência de alunos PNE dentro da biblioteca e essa percepção nos levou a seguinte hipótese: a ausência desses alunos estava relacionada à falta de acessibilidade ou algum outro fator.

Para melhor compreender a questão da inclusão de alunos com necessidades especiais faremos algumas indagações diante do cenário que desejamos desenvolver a pesquisa. A escola está preparada para receber esses alunos? A estrutura arquitetônica está acessível? O acervo e aparatos tecnológicos estão adequados?

Através do estudo proposto, busca-se averiguar a inclusão social por meio da acessibilidade no ambiente da biblioteca da EMUFPA aos alunos PNE.

A pesquisa, segundo seu objetivo, será do tipo descritiva, para tal, faremos um estudo de caso de natureza qualitativa utilizando como referencial alunos PNE da EMUFPA, bibliotecário e servidores.

Este trabalho está dividido da seguinte forma: No primeiro capítulo aborda-se a inclusão social por meio da acessibilidade; no segundo capítulo, trata-se sobre os objetivos que se deseja alcançar por meio desta pesquisa; no terceiro capítulo mostra-se a Metodologia da Pesquisa; no quarto capítulo apresenta-se o entendimento de quem são as pessoas PNE, a importância da inclusão para estes e os direitos à inclusão social nas escolas, as definições do que é acessibilidade e barreiras e quais as leis que apoiam a inclusão social de pessoas PNE, no quinto capítulo apresenta-se o histórico da escola de música e seus projetos e no sexto capítulo apresentamos o resultado da pesquisa e no sétimo capítulo as considerações finais.

Portanto, estudar e investigar a temática proposta são essenciais para mostrar a importância da acessibilidade aos serviços e produtos oferecidos pela biblioteca no processo de inclusão social para PNE e que, proporcionando melhores condições para o aprendizado é possível construir uma sociedade mais justa, utilizando medidas que permitam a todos os cidadãos usufruir de seus direitos com a mesma igualdade.

2 OBJETIVO GERAL

Averiguar a inclusão social por meio da acessibilidade no ambiente da biblioteca da EMUFPA aos alunos PNE.

2.1 Objetivos específicos

- Identificar os alunos Portadores de Necessidades Especiais matriculados na EMUFPA e os tipos de deficiências apresentadas pelos mesmos;
- Conhecer os produtos e serviços que os alunos PNE buscam na biblioteca;
- Verificar as condições de acessibilidade oferecidas pela biblioteca da EMUFPA aos alunos PNE.

3 METODOLOGIA

A palavra metodologia origina-se do grego *METHODOS*, *meta* que significa “para além de”, *HODOS* que significa “caminho” e mais a terminologia *LOGIA*, que significa “estudo”, assim podemos compreender *Metodologia* como o “estudo do caminho para ir além”. Dessa forma compreende-se que metodologia é o caminho utilizado para se pesquisar as respostas para questões propostas.

Para Marconi e Lakatos (2008, p.1) “Pesquisar não é apenas procurar a verdade; é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos”. Nesse mesmo sentido, afirmam que, “Pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (MARCONI E LAKATOS, 2008, p.1). Portanto, o caminho para o descobrimento dessas verdades precisa ser percorrido de maneira correta de acordo com os objetivos propostos utilizando-se de metodologias adequadas.

Para este estudo, de acordo com os objetivos, a pesquisa é do tipo descritiva, pois relata a realidade do local estudado. Segundo Collis e Hussey (2005, apud BRAGA, 2007), “A pesquisa descritiva tem o objetivo de identificar as características de um determinado problema ou questão e descrever o comportamento dos fatos e fenômenos”. Por objeto, a pesquisa é um estudo de caso, bibliográfica e documental. O estudo de caso busca conhecer, de maneira mais detalhada, o universo da pesquisa que é compreendido por alunos PNE da EMUFPA e servidores da biblioteca e também identificar as barreiras no que diz respeito à acessibilidade aos serviços e produtos oferecidos pela biblioteca.

O estudo de caso reúne um número grande de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação, através de um mergulho profundo e exaustivo no problema da pesquisa. (GOLDENBERG, 2001, apud CALAZANS, p.40, 2007)

Nesse mesmo sentido, Calazans (2007, p.40) afirma que “O estudo de caso é uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro do seu contexto real e onde o pesquisador não tem o controle sobre eventos e variáveis”.

A pesquisa é bibliográfica, pois foi feito levantamento em livros, revistas e dissertações, ou seja, materiais já publicados, que possam nortear as questões levantadas. A pesquisa bibliográfica é essencial para todo trabalho científico, “[...]”

qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto” (FONSECA, 2002, apud GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.37). Através da pesquisa bibliográfica, pretende-se mostrar a importância da acessibilidade no processo da inclusão social para PNE; identificar os conceitos de acessibilidade a partir do projeto *Livre de Barreiras* até ao que se chama hoje de *Desenho para Todos* e os direitos oferecidos aos PNE no que se refere à acessibilidade dentro das escolas e especificamente nas bibliotecas, todos embasados na Constituição Federal.

A pesquisa é documental, pois foi feito levantamento em documentos fornecidos pela biblioteca que mostraram informações sobre o espaço físico, o acervo e os usuários. Segundo Martins (2008, p.46):

A pesquisa documental é necessária para melhor entendimento do caso e também para corroborar evidências coletadas por outros instrumentos e outras fontes, possibilitando a confiabilidade de achados através de triangulações de dados e de resultados.

Quanto à natureza, a pesquisa é qualitativa, pois utilizou-se do relato dos colaboradores através de perguntas do questionário. A coleta de dados foi feita através de entrevistas, com questionário semiestruturado com perguntas abertas, fechadas e mistas, aos servidores que desempenham funções na biblioteca da EMUFPA e alunos PNE, usuários reais e potenciais da biblioteca, a fim de se conhecer as dificuldades enfrentadas pelos mesmos dentro do ambiente da biblioteca como também sugestão de melhorias que possam aprimorar a qualidade dos serviços e produtos oferecidos e, dessa forma, manter os usuários reais e atrair usuários potenciais.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico permite verificar o estado do problema a ser pesquisado, sob o aspecto teórico e de outros estudos e pesquisas já realizados, “revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (MARCONI; LAKATOS, 2008, p.12). Sob este aspecto, terá a função de nortear o estudo da pesquisa, apresentando um embasamento da literatura já publicada sobre o mesmo tema, buscando demonstrar o conhecimento em relação às pesquisas relacionadas e as tradições teóricas que apoiam e cercam o estudo.

4.1 Portadores de Necessidades Especiais

A inclusão social está ligada a todas as pessoas dentro da sociedade as quais não possuem as mesmas oportunidades das demais por possuírem alguma característica diferente e isso de alguma forma, dificulta esse indivíduo de se socializar e usufruir de seus direitos de maneira mais igualitária com os outros. Nesse sentido, quando falamos de inclusão social para PNE, nos referimos às pessoas com deficiências e também às pessoas que possuem qualquer tipo de restrição de mobilidade, definitiva ou temporariamente, como por exemplo, pessoas obesas e idosas. Nesse sentido, a Lei nº 10.048 (BRASIL, 2000) estabelece atendimento prioritário a PNE, os quais são especificados segundo a forma da lei como: portadores de deficiências físicas, pessoas idosas, com idade igual ou superior a sessenta anos, as gestantes e lactantes.

Cabe ressaltar que a deficiência, não é apenas uma deformação física, mas qualquer disfunção que possa acarretar dificuldades para o desempenho das atividades normais do indivíduo, gerando assim, perda de oportunidades.

O Decreto nº 5.296 (BRASIL, 2004), estabelece critérios e definições para o trato com PNE, por meio do qual classifica as deficiências em físicas ou mentais e, ainda, esclarece o sentido de mobilidade reduzida. No art. 5º consta o seguinte:

§ 1º Considera-se, para os efeitos deste Decreto:

I – Pessoa portadora de deficiência, além daquelas previstas na Lei nº 10.690 de 16 de junho de 2003, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

a) Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física,[...]exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) Deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

c) Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d) Deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas;

e) Deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências; e

II - Pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção (BRASIL, 2004).

4.2 Inclusão social na educação

Atualmente, os PNE têm tido melhores oportunidades, tanto nas escolas, como no lazer ou trabalho, mas nem sempre foi assim. Essa realidade começou a mudar no início dos anos 60 quando surge na área de arquitetura, tanto nos Estados Unidos como na Europa, o conceito de *projetos livres de barreiras*, que se tratava de um projeto voltado especialmente para as pessoas com deficiência física, em especial, pessoas com dificuldades de locomoção, usuários de cadeiras de rodas. A princípio foram conquistados alguns benefícios como o uso de rampas, que permitiram maior acesso às escolas, igrejas, bares, restaurantes, teatros, cinemas, meios de transporte, etc. A partir do movimento do *projeto livre de barreiras*, chegou-se ao que hoje é conhecido como *desenho para todos*, que é um movimento que engloba tanto os aspectos do mundo físico, tais como edificações, espaços urbanos, transporte, saúde e lazer, como também o mundo digital, como as redes de computadores e sistemas de comunicações.

A inclusão social, quando voltada para o princípio da inclusão escolar ou inclusão educacional, fundamenta-se na ideia de que é possível criar ambientes onde todos possam ter as mesmas oportunidades de aprendizagem. Pesquisadores que escrevem sobre o assunto têm enfatizado sobre este aspecto da inclusão de alunos PNE em classes regulares. De acordo com Karagiannis; Stainback, W.; Stainback, S. (1999, p. 30, 31), é desafiador a inclusão de alunos com deficiências em turmas regulares:

Há poucos anos era considerado irrealista pela maioria das pessoas até mesmo discutir a possibilidade de educar todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências importantes, nas escolas e nas turmas regulares. [...] o desafio é estender a inclusão a um número maior de escolas e comunidades e [...] ter em mente que o principal propósito é facilitar e ajudar a aprendizagem e o ajustamento de todos os alunos, os cidadãos do futuro.

Ressaltando que a proposta não é criar um ambiente separado para comportar pessoas com deficiências, pois isso reforçaria a ideia de discriminação, mas sim, adequar os ambientes para que todos possam ter acesso de maneira indiscriminada.

É dentro desta perspectiva do desenho para todos, que se considera hoje a acessibilidade, lembrando-se sempre que a proposta não é criar espaços e ambientes separados, para uso exclusivo das pessoas portadoras de deficiências, o que seria uma outra forma de discriminação, e sim, desde o projeto, pensar em sistemas e ambientes que possam ser utilizados por todos. (MAZZONI, 2001, p.29).

A compreensão que o espaço integrado é essencial no processo de inclusão é ressaltada por Karagiannis; Stainback, W.; Stainback, S. (1999, p. 21):

Educando todos os alunos juntos, as pessoas com deficiência têm oportunidades de preparar-se para a vida em comunidade, os professores melhoram suas habilidades profissionais e a sociedade toma a decisão consciente de funcionar de acordo com o valor social da igualdade para todas as pessoas, com os consequentes resultados de melhoria da paz social.

Muitos educadores têm se preocupado com relação ao limite daquilo que é (in) aceitável dentro de uma classe inclusiva. Segundo o professor da Universidade de Harvard, Robert Barth (1990 apud STAINBACK, S.; STAINBACK, W, 1999, p. xi), o valor da diversidade é percebido da seguinte maneira:

A pergunta com que tantos educadores estão preocupados é: “Quais são os limites da diversidade além dos quais o comportamento é inaceitável?” Mas a pergunta que eu gostaria de fazer é: “Como podemos fazer um uso consciente e deliberado das diferenças de classe social, gênero, idade, capacidade, raça e interesse como recursos para a aprendizagem?” [...] As diferenças encerram grandes oportunidades para a aprendizagem. Elas oferecem um recurso livre, abundante e renovável. Eu gostaria de ver nossa compulsão para eliminar as diferenças ser substituída por um enfoque igualmente insistente em se fazer uso dessas diferenças para melhorar as escolas. O que é importante sobre as pessoas – e sobre as escolas – é o que é diferente, não o que é igual.

Com base nessa nova perspectiva, muitas Leis, Decretos e Portarias foram criados a fim de dar um amparo legal a PNE, dando definições e criando metas que possam ajudar no processo de inclusão social de PNE em todas as áreas da sociedade.

O desafio de integrar PNE em ambientes escolares vai além da convenção social que luta pelo direito de igualdade para todos, pois envolve tanto a família do aluno como a instituição de ensino que precisa estar preparada para recebê-los. Os responsáveis por estes alunos precisam estar cientes de seus direitos como também de suas responsabilidades, como principais incentivadores, para que as dificuldades não sejam mais relevantes que o desejo de ir além. Com relação à instituição educadora, torna-se imprescindível que haja uma preparação adequada para receber estes alunos. Esta preparação envolve tanto as partes arquitetônica e pedagógica como a capacitação do próprio educador, pois este assume um importante papel como facilitador para a integração da turma como um todo.

Toda instituição de ensino tem o dever de aceitar alunos PNE, sob pena de sofrer punições. De acordo com a Lei nº 7.853 (BRASIL, 1989), no Art. 8º, estabelece critérios para punições de atos considerados preconceituosos contra PNE, sob o aspecto da inclusão social no ambiente escolar e outros afins:

Art. 8º Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa:

Recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta.

O PNE, como todos os demais cidadãos, tem o direito assegurado pela Constituição Federal de ser atendido em suas necessidades básicas, incluindo trabalho, saúde e educação. De acordo com o Decreto nº 3298 (BRASIL, 1999), os órgãos e entidades do Poder Público têm o dever de assegurar ao PNE o pleno

exercício de seus direitos a fim de propiciar seu bem-estar social, psicológico e econômico e também outorga direitos de inserção no sistema educacional da educação especial como modalidade educativa, tanto nas escolas públicas como privadas e também o acesso aos benefícios conferidos aos demais alunos. Nesse sentido, define educação especial:

§1º Entende-se por educação especial, para os efeitos deste Decreto, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educando com necessidades educacionais especiais, entre eles o portador de deficiência. (BRASIL, 1999).

A educação especial está relacionada também a ajuda extraclasse, que muitas vezes é necessário. Esse tipo de ajuda permitirá que o aluno PNE possa acompanhar, em melhores condições de igualdade, os ensinamentos propostos, pois em muitos casos, esse aluno não consegue escrever ou acompanhar as leituras que são feitas em momentos de estudo, dessa forma, ele estará recebendo um reforço que é extremamente essencial para seu aprendizado.

4.3 Compreendendo os direitos à acessibilidade nas bibliotecas

Quando tratamos de Inclusão Social aos PNE, precisamos pensar primeiramente no direito à acessibilidade, os quais são outorgados por Leis e Decretos de nossa Constituição.

A NBR 9050 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015, p.2), estabelece definição para acessibilidade, como um conjunto de ações que visam garantir o acesso com segurança de todas as pessoas, inclusive àquelas que possuem algum tipo de deficiência ou dificuldade de locomoção, subdividindo-a ao meio físico, aos meios de transporte, na comunicação e informação e ajuda técnica.

Para que haja acessibilidade é necessário que os projetos se enquadrem nos princípios do Desenho Universal, o qual estabelece que a concepção de ambientes, produtos, programas e serviços, devem se adequar a todas as pessoas sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de ajuda técnica ou tecnologia assistiva.

O Desenho Universal estabelece princípios para a acessibilidade visando o ser humano de um modo geral, com toda sua biodiversidade.

Este conceito propõe uma arquitetura e um design mais centrados no ser humano e na sua diversidade. Estabelece critérios para que edificações, ambientes internos, urbanos e produtos atendam a um maior número de usuários, independentemente de suas características físicas, habilidades e faixa etária, favorecendo a biodiversidade humana e proporcionando uma melhor ergonomia para todos. (ABNT, 2015, p. 139).

O ser humano, em sua biodiversidade, depende de uma assistência que venha atender suas necessidades específicas. É muito importante em todo o processo de inclusão social por meio da acessibilidade, observar, não apenas os espaços físicos, como também os demais recursos que precisam se adequar a fim de promover a funcionalidade na obtenção de benefícios. De acordo com a Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015) a tecnologia assistiva é definida da seguinte maneira:

Produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Dentro do entendimento sobre acessibilidade, precisamos analisar quais são as barreiras que dificultam o PNE de obter esse acesso. As barreiras são definidas como entraves que dificultam o cidadão de usufruir de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e expressão, à comunicação, ao acesso a informação entre outros e nesse sentido são classificadas da seguinte maneira:

- a) Barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) Barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) Barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) Barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) Barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) Barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (BRASIL, 2015).

As áreas que envolvem uma edificação precisam ser integradas de tal maneira que venham possibilitar condições de acesso a todas as pessoas, inclusive

os PNE. Nesse contexto, quando se fala de barreiras urbanísticas, refere-se principalmente aos estacionamentos e caminhos de acesso. Quanto às barreiras arquitetônicas, diz respeito à iluminação, ventilação, espaço para circulação entre ambientes, banheiros e rampas.

A falta de acessibilidade urbanística e arquitetônica, como também o não acesso às tecnologias e serviços de informação, as barreiras atitudinais e principalmente o desconhecimento de seus direitos têm sido os maiores entraves para a inclusão social e acesso a educação.

A acessibilidade nas instituições de ensino constitui-se um direito de cidadania e, também, é essencial para a autorização e reconhecimento dos cursos. As bibliotecas universitárias estão diretamente ligadas à qualidade de ensino das Instituições de Ensino Superior (IES) das quais fazem parte, pois é um dos itens de avaliação para reconhecimento dos cursos, tanto no aspecto dos acervos, instalações, Recursos Humanos, e atualmente sob o aspecto da acessibilidade. De acordo com a Portaria do Ministério da Educação nº 1.679 (BRASIL, 1999) a observância dos requisitos para avaliação incluem as instalações físicas, equipamentos, laboratórios e bibliotecas dos cursos e instituições.

De acordo com o Decreto nº 5296 (BRASIL, 2004), em seu Art. 24, fica instituído que todos os estabelecimentos de ensino devem garantir as condições de acesso e utilização de todos os ambientes, incluindo as bibliotecas, para pessoas PNE ou com mobilidade reduzida. Fica instituído a todo estabelecimento de ensino que deseja concessão de autorização para funcionamento, de abertura ou renovação de curso pelo Poder Público, deve comprovar que está oferecendo as devidas condições de acessibilidade. De acordo com o parágrafo 1º do referido artigo, consta o seguinte:

§1º Para a concessão de autorização de funcionamento, de abertura ou renovação de curso pelo Poder Público, o estabelecimento de ensino deverá comprovar que está cumprindo as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística e na comunicação e informação previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica ou neste Decreto (BRASIL, 2004)

Ratificando a ideia no contexto das bibliotecas, A NBR 9050 (ABNT, 2015, p.136), define da seguinte maneira os critérios para disponibilização de produtos e serviços oferecidos pela biblioteca, tanto para deficientes visuais como para Pessoas com Cadeira de Roda (PCR) e Pessoas com Mobilidade Reduzida (PMR):

As bibliotecas devem garantir recursos audiovisuais, publicações em texto digital acessível e serviço de apoio, conforme definido em legislação específica. Recomenda-se que possuam também publicações em Braille. Pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet devem ser acessíveis à PCR e PMR. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.

Dentro da estrutura de uma biblioteca, é importante especificar os aspectos que envolvem a acessibilidade e consequentemente, a eliminação das barreiras existentes, pois, além das barreiras urbanísticas e arquitetônicas que já foram especificadas anteriormente, as quais são importantes para o acesso ao ambiente da biblioteca, existem também as barreiras na Comunicação e Informação, as barreiras tecnológicas e as barreiras atitudinais. As barreiras na Comunicação e Informação referem-se ao acesso à informação através da comunicação visual como sinalizações, placas luminosas, pisos táteis. A transmissão da informação precisa ser transmitida de maneira completa e clara, obedecendo ao princípio dos dois sentidos: visual e tátil ou visual e sonoro (ABNT, 2015, p.30).

As barreiras Tecnológicas referem-se à tecnologia de apoio para PNE, como por exemplo, sistemas de acesso remoto, o acesso a tecnologia através de dispositivos tecnológicos como sintetizadores de voz, reconhecimento de fala, lupas eletrônicas, o uso de materiais em Braille, teclados com controles sensíveis a ações voluntárias como sopro e movimento da cabeça e também no aspecto informacional com relação aos sistemas de consulta. Além dos aspectos físicos, devemos enfatizar as barreiras atitudinais que se caracterizam, principalmente, por atos de preconceito contra o PNE.

4.4 Marcos legais sobre acessibilidade aos PNE

A criação de Leis e Decretos que apoiam a inclusão social para PNE constitui um marco para o avanço das práticas de inclusão em nosso país. Estão abaixo relacionadas algumas Leis e Decretos de nossa Constituição Federal que apoiam a inclusão de PNE.

- 1- Lei nº 7.405 DE 12 de novembro de 1985 – Torna obrigatória a colocação do símbolo internacional de acesso em todos os locais e serviços que permitam

sua utilização por pessoas portadoras de deficiências e dá outras providências.

- 2- Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989 – Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências.
- 3- Lei nº 8.160, de 8 de janeiro de 1991 – Dispõe a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiências auditiva.
- 4- Lei nº 8.889, de 29 de junho de 1994 – concede passo livre às pessoas portadoras de deficiências no sistema de transporte coletivo interestadual.
- 5- Lei nº 10.048 de 8 de novembro de 2000 – Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.
- 6- Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 –DOU DE 20/12/2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- 7- Lei nº 10.226 de 15 de maio de 2001 – Acrescenta parágrafos aos art. 135 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, determinando a expedição de instruções sobre a escolha dos locais de votação de mais fácil acesso para o eleitor deficiente físico.
- 8- Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 –Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e dá outras providências.
- 9- Lei nº 11.126 de 27 de junho de 2005 – DOU DE 28/6/2005 – Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão guia.
- 10- Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 – DOU DE 21/12/99 – Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a

Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências.

- 11- Decreto nº 3.691 de 19 de dezembro de 2000 – Regulamenta a Lei nº 8.899 de 29 de junho de 1994, que dispõe sobre o transporte de pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.
- 12- Decreto nº 3.956 de 8 de outubro de 2001 – Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
- 13- Decreto nº 4.229 de 13 de maio de 2002 – Dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, instituído pelo Decreto nº 1.904 de 13 de maio de 1996 e dá outras providências.
- 14- Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 – DOU DE 3/12/2004 – Regulamenta as Leis nº 10.048 de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.
- 15- Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 – Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e o Art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- 16- Decreto nº 5.904 de 21 de setembro de 2006 – Regulamenta a Lei nº 11.126 de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências.
- 17- Decreto nº 6.125 de 26 de setembro de 2007 – Estabelece o compromisso pela Inclusão das Pessoas com Deficiência, com vistas à implementação de ações de inclusão das pessoas com deficiência, por parte da União Federal, em regime de cooperação com Municípios, Estados e Distrito Federal, institui o Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência (CGPD), e dá outras providências.

- 18- Decreto legislativo nº 186, 2008 – Aprova o texto da Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, e, 30 de março de 2007.
- 19- Decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008 – Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253 de 13 de novembro de 2007.
- 20- Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
- 21- Portaria nº 319 de 26 de fevereiro de 1999 – Institui no Ministério da Educação, vinculadas à secretaria de Educação Especial (SEESP), a Comissão Brasileira do Braille.
- 22- Portaria nº 1.679 de 2 de dezembro de 1999 – Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
- 23- Portaria nº 554 de 26 de abril DE 2000 – Aprova o Regulamento Interno da Comissão Brasileira do Braille, na forma do Anexo a esta Portaria.
- 24- Portaria MS nº 1.060 de 5 de junho de 2002 – DOU DE 10 de junho de 2002 – Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência.
- 25- Portaria nº 2.678 de 24 de setembro de 2002 – o Ministro de Estado da Educação, no uso de suas atribuições e considerando o interesse do Governo Federal em adotar para todo o País uma política de diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de aplicação, compreendendo especialmente a Língua Portuguesa.
- 26- Portaria nº 3.284 de 7 de novembro de 2003 – Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os

processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

- 27- Portaria SEDH nº 170 de 20 de dezembro de 2004 – DOU DE 22 de dezembro de 2004 –Torna públicas as normas relativas aos direitos das pessoas com deficiência.
- 28- Portaria MC nº 263 de 27 de abril de 2006 – DOU DE 28 de abril de 2006 – Institui o Programa de Atendimento às Pessoas com Deficiência.
- 29- Portaria MEC nº 976 de 5 de maio de 2006 –Dispõe sobre os critérios de acessibilidade aos eventos do Ministério da Educação, conforme Decreto nº 5296 de 2004.
- 30- Portaria normativa nº11 de 9 de agosto de 2006 – Institui o Programa Nacional para a Certificação de Proficiência em Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e interpretação de Libras-Língua Portuguesa – Prolibras.
- 31- PORTARIA NORMATIVA ME Nº 14 DE 24 DE ABRIL DE 2007 – DOU DE 26 de abril de 2007 –Dispõe sobre a criação do “Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior”.

5 A ESCOLA DE MÚSICA DA UFPA

Em 1964, foi criado o Centro de Atividades Musicais (CAM), órgão que deu origem à Escola de Música da Universidade Federal do Pará (EMUFPA), a fim de promover eventos artísticos em Belém.

Essa iniciativa partiu de um grupo de professores do Instituto Carlos Gomes que buscavam, através da Universidade Federal do Pará (UFPA), uma infraestrutura adequada para o funcionamento do Coral Ettore Bosio. A partir desse momento, a direção da UFPA também se interessou em formar sua própria orquestra, para isso, contratou instrumentistas de corda e sopro que faziam parte das bandas militares e civis, além de conjuntos populares e grupos folclóricos locais.

Nos primeiros anos de funcionamento do CAM, muitos concertos vocais e sinfônicos foram realizados, com apresentação de obras de artistas renomados como: J. S. Bach, Beethoven, Mozart, entre outros. Além disso, algumas vezes apresentavam obras que refletiam a cultura local, com arranjos adaptados para orquestra e/ou coral.

Em 1974 foi criada a Orquestra Juvenil, concebida através de orientações recebidas em cursos e festivais nacionais, por professores do Centro enviados pela UFPA “no sentido de estimular a prática de conjunto, seja orquestral ou de câmara, ou ainda de banda e, no caso da área vocal, a prática coral, na formação de músicos” (BARROS; GOMES, 2004, p.88).

A UFPA passou a organizar seu próprio festival anual, que teve início a partir de 1974, em Belém. O encontro que recebeu o nome de Encontro de Arte de Belém, realizado por ocasião das festividades Círio de Nossa Senhora de Nazaré, o qual além da música envolve outras atividades artísticas, como: teatro, cinema, dança, artes visuais e folclore. A Orquestra também realizou concertos em vários municípios paraenses.

Por volta de 1977 os cursos livres, foram transformados em cursos regulares de formação profissional de nível médio. Somente na década de 90 a Universidade mudou a designação de Serviço para a atual designação de Escola de Música.

Na década de 90 a UFPA, cria o Curso de Graduação em Música, o qual apresenta duas fases. A primeira correspondente ao Curso de Habilitação em Música, inserida na Licenciatura Plena em Educação Artística, criada em 1991. A segunda fase da criação do Curso de Graduação em Música, é marcada em 2007,

com a implantação do Curso de Licenciatura em Música que passou a funcionar em 2008, com duração de 4 anos.

Atualmente, a escola é dirigida pelo Professor Mestre Adalberto Teixeira e a estrutura de ensino da escola de música compreende:

- Curso Básico: em transição para encerramento da oferta, atualmente conta apenas com alunos a partir do III módulo.
- Cursos livres de curta duração: são cursos de extensão, os quais seguem um percurso como preparatório para os cursos técnicos.
- Cursos técnicos: Instrumentista de Banda, Big Band e Orquestra, com duração de 2 anos e os cursos Técnico de Instrumento e Canto Lírico, com duração de 3 anos. Fazem parte desses cursos alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio.
- Curso de graduação em música: é o curso de licenciatura em música com funcionamento na UFPA.

Quanto à produção musical a Escola de Música mantém uma variedade de grupos artísticos como: Orquestras, Corais, Percussão, Bandas, Cameratas e outros.

A EMUFPA possui uma trajetória marcada por grandes desafios, os quais levaram a grandes conquistas, e tem como principal objetivo “a formação de músicos por intermédio de um processo pedagógico que oportunize a produção artístico-musical, qualificando e habilitando seu corpo discente para a atuação no mercado profissional”. (BARROS; GOMES, 2004, p.89).

5.1 Projetos de inclusão da escola de música

A EMUFPA passou a assumir o papel de escola inclusiva no final da década de 90, quando mães de alunos PNE procuraram a escola a fim de dar novas possibilidades de sociabilização para seus filhos. Porém a escola não estava estruturada para atender essa demanda, por esse motivo, as professoras Lúcia Couceiro e Mavilda Aliverti realizaram um curso intensivo de um mês de musicografia Braille em Brasília, ministrada pela professora Dolores Tomé. Em Belém, o Instituto Álvares de Azevedo preparou um grupo de pessoas, incluindo professores e alunos do SAM (atual EMUFPA), ministrando aulas de Braille. Além de

Mavilda Aliverti e Lúcia Couceiro, foram envolvidas Lúcia Uchôa, Maria José Moraes e Eugênia Lobato que, a partir de então, passaram a aceitar em suas turmas alunos PNE, integrando-os com os demais alunos (BARROS; GOMES, 2004). Estes alunos assistiam às aulas nas turmas regulares depois iam com as professoras especializadas, onde o material era transcrito para o Braille, para que o aluno pudesse ter material para estudo.

Nos dias atuais, a EMUFPA tem fortalecido seu papel de escola inclusiva através da oferta de alguns cursos voltados à inclusão social e musical; O Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), atende crianças e adolescentes com transtornos do desenvolvimento e dificuldades de aprendizagem (Déficit de Atenção e Hiperatividade, Dislexia, Autismo, Síndrome de Down e deficientes visuais). Além destes, A EMUFPA tem o projeto de extensão “Iniciação ao teclado Eletrônico em Grupo para Adultos e Terceira Idade” e conta ainda com outros programas e projetos de extensão onde, alunos PNE são matriculados em turmas regulares.

Contudo, não foi possível identificar todos os alunos PNE matriculados na EMUFPA. Foi feita pesquisa documental na secretaria acadêmica da escola, porém ficou constatado que não existe um registro específico para apontar todos os alunos que são PNE. Os alunos da escola são inscritos com o mesmo tipo de registro, apenas é colocado na ficha individual, uma observação se este possui algum tipo de deficiência. Foi enviado um e-mail a todos os professores da escola (Apêndice C) solicitando que informassem se havia em suas turmas algum aluno PNE, porém apenas 20% responderam, e segundo estes professores, não havia nenhum portador de deficiência matriculado em suas turmas. Porém, através de informações coletadas na secretaria e na biblioteca, existem alunos PNE, matriculados em turmas regulares, além dos que foram mencionados.

5.1.1 Projeto Cordas da Amazônia

O Projeto Cordas da Amazônia (PCA) foi implementado em 2006 na EMUFPA, pelo Prof. Dr. Áureo De Freitas. Acreditando que através da união da escola de música com a Academia Cultural de Violoncelistas da Amazônia (ACVA), promoveria uma educação musical capaz de atender os três pilares da UFPA: ensino, extensão

e pesquisa. Seguindo esse pressuposto, criaram-se projetos de extensão e grupos de pesquisa que foram agregados ao Programa Cordas da Amazônia.

Para o desenvolvimento do projeto, o PCA conta com o apoio de estudantes de graduação de diversas áreas tais como: psicologia, educação musical, pedagogia, e letras, compondo assim, um grupo multidisciplinar que vem desenvolvendo pesquisas acerca dos transtornos do desenvolvimento e dificuldades de aprendizagem, se dividindo em quatro focos de estudo, que são: Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Dislexia, Autismo e Síndrome de Down. Dessa forma, além de fomentar a integralização do desenvolvimento acadêmico, também, promove a inclusão de alunos com transtornos do desenvolvimento e dificuldades de aprendizagem em turmas regulares de educação musical. O Grupo de Pesquisa Transtorno do Desenvolvimento faz parte do Programa de Pós Graduação em Artes (PPGARTES) da UFPA.

O projeto Cordas da Amazônia atende da seguinte maneira:

- Violoncelo em grupo – Dislexia e TDAH;
- Percussão em grupo – Down e autismo;
- Violino em grupo – Down e autismo;
- Violoncelo Popular – Dislexia, TDH e autismo e autismo;
- Violoncelo em grupo (extensão) – autistas.

Foi feito entrevista com uma aluna do PCA, que para este estudo será identificada com a designação da letra A. Ela tem 20 anos, cursa licenciatura em música na UFPA, possui diagnostico de dislexia e faz o curso técnico de Violoncelo Performance. De acordo com a entrevista (Apêndice A), a aluna afirma que não costuma frequentar a biblioteca por falta de material adequado e literatura especializada e considera insatisfatória a acessibilidade arquitetônica da biblioteca. Ao ser perguntado sobre que reformas ou adequações beneficiariam os usuários PNE da biblioteca, a referente aluna respondeu:

Aluna A: Considero o espaço físico muito pequeno, quanto aos recursos pedagógicos, precisa de mais livros especializados (de material em Braille) e quanto aos recursos tecnológicos, precisa computadores adaptados, especialmente para portadores de deficiência visual. Para as pessoas que sofrem de dislexia, seria interessante se tivessem um “tiposcópio”, que é um aparelho que limita a parte do texto, para que não haja desvio de atenção (Informação verbal)¹.

¹ Informação obtida através de conversa com a aluna

É possível perceber por meio dos relatos da aluna, que a falta de literatura especializada e aparatos tecnológicos adequados são as principais barreiras que impedem o acesso à biblioteca da EMUFPA.

5.1.2 Projeto “Ensino coletivo da música através do violino para pessoas com deficiência visual”

O Projeto “Ensino coletivo da música através do violino para pessoas com deficiência visual”, desenvolvido pela prof^a Thais Carneiro, atende crianças e adolescentes, deficientes visuais e alunos videntes (que enxergam), que desejam estudar violino.

Em entrevista realizada com a coordenadora do projeto, pode-se perceber o esforço que é feito a fim de manter esses alunos devido à falta de acessibilidade, pois as barreiras urbanísticas e arquitetônicas, como também a falta de material didático têm sido o grande entrave para a permanência de alguns alunos.

Apesar das muitas dificuldades, a professora têm se mostrado bastante otimista com relação ao projeto de inclusão, por conta da grande relevância que o mesmo significa na vida de seus alunos. De acordo com a professora, observa-se perfeitamente o aprendizado do aluno deficiente visual com a mesma eficácia que os outros; a inclusão favorece o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos PNE.

Com relação às barreiras urbanísticas, na via de acesso à escola a calçada é irregular e existe uma árvore quase no portão de entrada que já provocou o tombo de alunos deficientes visuais algumas vezes, já foi solicitado à SEURB a retirada da mesma, mas não houve resposta. Existem outras barreiras como: um degrau que fica no caminho e que muitos tropeçam, a falta de piso tátil. Com relação ao material didático, apesar da biblioteca disponibilizar alguns materiais em Braille, não é suficiente para a demanda. É necessário a aquisição de uma máquina de Musicografia Braille para se fazer a transcrição das partituras, como também uma impressora para imprimir as partituras transcritas. Contamos, apenas, com uma máquina de transcrição de propriedade de uma aluna e para imprimir é necessário levar na Biblioteca Central da UFPA. (Informação verbal).

Ainda segundo relato da professora, por causa da falta de acessibilidade e a falta de incentivo por parte da própria família, muitos alunos acabam desistindo e abandonando o curso.

Ano passado tínhamos quatro alunas portadoras de deficiência visual matriculadas na turma regular, porém devido à falta de conhecimento da família sobre a importância da inclusão e às dificuldades enfrentadas, a própria família desanima e começa a achar que não adianta trazer, pois a criança não irá desenvolver devido à deficiência, e também, os próprios alunos PNE acabam perdendo a motivação. Atualmente são apenas duas alunas frequentando as aulas. (Informação verbal)

É necessário que haja melhorias nas condições de acessibilidade, para isso, medidas precisam ser tomadas a fim de maximizar o potencial de cada aluno e minimizar as barreiras.

Para melhoria de condições de acesso à informação de alunos portadores de deficiência visual, seria importante a criação de um Núcleo de Musicografia Braille, que pudesse dar suporte para atender à demanda do curso e oferecer condições de melhorias que resultem na inclusão e permanência de alunos portadores de deficiência visual. (Informação verbal).

Em entrevista com alunas do projeto Ensino Coletiva da Música Através do Violino para Pessoas com Deficiência Visual foi percebido que as mesmas não utilizam os serviços e produtos oferecidos pela biblioteca. Foi feita entrevista com duas alunas que serão identificadas por B e C.

A aluna B é discente de graduação em música na UEPA e faz parte do curso técnico de violino da EMUFPA. Ela tem 22 anos de idade e sofre de retinopatia da prematuridade, com perda total da visão desde o nascimento. Ao ser inquirido sobre a acessibilidade da biblioteca ela respondeu:

Aluna B: A dificuldade começa pra chegar à escola e também à biblioteca, às vezes passo da porta de entrada porque não tem nenhuma sinalização no piso. Quase não vou à biblioteca, porque tem pouco material em Braille e faltam recursos tecnológicos de software para a transcrição do material (Informação verbal).

A aluna B completou que considera importante o papel da biblioteca para o aprendizado e acha que a biblioteca da EMUFPA precisa se adequar no aspecto arquitetônico, tecnológico e bibliográfico para atender às necessidades informacionais dos deficientes visuais.

A aluna C, que faz parte do mesmo projeto de extensão, tem quatorze anos de idade e sofre de perda total da visão desde o nascimento. Ao ser inquirido sobre a biblioteca, disse apenas que não frequenta e, quando precisa de alguma pesquisa, sua mãe busca pela internet. A aluna afirmou, ainda, que não conhece os serviços e produtos oferecidos pela biblioteca.

5.1.3 Projeto de extensão “Iniciação ao Teclado Eletrônico em Grupo para Adultos e Terceira Idade”

O projeto é de responsabilidade da professora Mavilda Aliverti e existe há 9 anos, porém, há 4 anos que funciona como projeto de extensão da UFPA. Este ano, conta com 54 alunos matriculados, com aulas semanais. As aulas são exclusivamente práticas.

Em entrevista com alunas do projeto, percebeu-se a falta de conhecimento sobre os produtos e serviços oferecidos pela a biblioteca. Foi feita entrevista com as alunas que serão identificadas como D, E, F e todas responderam que não frequentam a biblioteca.

Ao ser perguntado sobre a frequência na biblioteca e utilização dos produtos e serviços disponibilizados, responderam:

D e E: As aulas são todas práticas na sala de aula. A professora traz o material que precisamos. Devido às aulas serem totalmente práticas, não precisou ir à biblioteca, e na verdade não sabíamos da existência da mesma.

F: Nem sabia que tinha biblioteca, mas me interesseo pela leitura e gostaria de saber se podemos emprestar os livros. (Informação verbal).

A falta de uma placa de identificação e maior visibilidade dos produtos e serviços oferecidos pela biblioteca bem como o sistema de aulas totalmente práticas, se constituem nos principais motivos da ausência das alunas na biblioteca. Aluna F demonstrou grande interesse em conhecer a biblioteca e indagou sobre a condição de acesso aos produtos e serviços oferecidos.

5.2 A Biblioteca da EMUFPA

A Biblioteca da EMUFPA é especializada na área da música. Possui um valioso acervo bibliográfico cuja utilização é feita com frequência por pesquisadores da área. Por possuir um acervo híbrido, ou seja, bibliográfico e arquivístico, hoje ela se encontra em fase de transição para a nova nomenclatura: Centro de Memória, Informação e Documentação (CEMID). A Biblioteca fica localizada no térreo da EMUFPA, funciona de 8h às 18h de segunda à sexta. A seguir mostraremos as

especificações do espaço físico e acervo da biblioteca, com base em informações obtidas através do relatório da biblioteca do ano de 2015 fornecido pelo CEMID.

Quadro 1- Espaço físico da Biblioteca

Área total construída (m²)	Área destinada ao acervo (m²)	Área destinada aos usuários (m²)
36 m²	23 m²	13 m²

Fonte: Relatório do CEMID, 2015.

O total da área ocupada pela Biblioteca é de 36m², sendo que 23m² estão destinados ao acervo circulante e depósito de material de baixa circulação e 13m² são destinados aos usuários.

Quadro 2- Espaço para leitura e estudo

Tipo	Quantidade	Nº de assentos
Sala para estudo individual	0	0
Sala para estudo em grupo	01	12

Fonte: Relatório do CEMID, 2015.

O local destinado para leitura e estudos é composto de um espaço contendo uma mesa com 12 assentos.

Quadro 3- Quantidade de computadores na biblioteca

Especificação por tipo de uso	Nº de unidades
Nº de computadores para uso administrativo	02
Nº de computadores para usuários	01
Total	03

Fonte: Relatório do CEMID, 2015.

A biblioteca possui 3 computadores, sendo que 02 (dois) são destinados ao uso das atividades administrativas da biblioteca e 01 (um) é destinado para o

usuário, em diferentes serviços como: catálogo informatizado do acervo, renovação e reserva de obras, pesquisa em base de dados, acesso à internet etc.

Quadro 4- Usuários inscritos por categoria

Categoria	Total de inscritos
Discentes	50
Docentes	05
Técnico Administrativo	02
Outros	09
Total	66

Fonte: Relatório do CEMID, 2015.

A biblioteca atende diariamente vários usuários entre discentes (não há especificações para PNE no cadastro), docentes, técnicos administrativos da UFPA e outras instituições como: Carlos Gomes, UEPA e outros.

Quadro 5- Demonstrativo do acervo geral

Tipos de obras	Quantidade
Livros	923
Periódicos	65
Teses	04
Dissertações	06
Partituras	1.800
Fitas de áudio	21
Fitas VHS	76
CD-ROM	175
DVD	22
Doc. Arquivísticos	2.500
Outros materiais	536
Total	6.128

Fonte: Relatório do CEMID, 2015.

O acervo especializado na área da música é constituído por livros, periódicos, teses, dissertações, partituras, multimeios, documentos arquivísticos etc, que ficam a disposição do público em geral para consultas locais e para empréstimo apenas para alunos, professores e servidores vinculados à UFPA.

Para atender a demanda de Portadores de Necessidades Especiais, a biblioteca disponibiliza material em Braille.

Quadro 6- Material em Braille por tipo de obra

Tipo de obra	Nº de exemplares
TCC (sobre o tema)	01
Manual (Manual Internacional de Notação Musical Braille)	02
Revista	02
Dicionário	01
Total	06

Fonte: Relatório do CEMID, 2015.

A composição do acervo em Braille é insuficiente para atender a demanda. Quando necessário, é feita a transcrição de partitura para o Braille pela própria professora e a impressão do material é feita na Biblioteca Central, pois a Biblioteca da EMUFPA não tem o equipamento necessário.

Atualmente, a Biblioteca conta com um bibliotecário e duas bolsistas para atender a todas as demandas. Foi feita entrevista com o bibliotecário Marcos Paixão e as bolsistas a fim de se conhecer melhor os alunos PNE que são usuários reais da biblioteca, quais os produtos e serviços que a biblioteca disponibiliza e também os mais procurados por estes e quais as adequações que eles percebem ser importante para melhorar o atendimento para esses usuários.

De acordo com a opinião de ambos (Apêndice B), os alunos PNE que mais frequentam a biblioteca são os deficientes visuais e geralmente estão acompanhados de sua professora, por essa razão não há dificuldade para o atendimento. A maior procura é por livros e partituras em Braille. Compreendendo as dificuldades para se atender PNE, apontaram como sugestão para melhoria no atendimento dos usuários PNE: cursos de capacitação, a aquisição de recursos de

tecnologia assistiva (mobiliários, equipamentos e softwares) e também a construção de uma passarela com sinalização para portadores de deficiência visual.

Segundo informações do bibliotecário, a biblioteca está em fase de adequações, pois esta funcionava em outra sala do prédio, bem menor que a atual, funcionando, apenas, como um “posto de atendimento” e somente 10% do material, incluindo partituras, livros, teses, TCC’s estavam catalogados. A partir do início do ano de 2015, a biblioteca passou a funcionar no local atual.

Nesta segunda fase, começou a reorganização do acervo, tanto bibliográfico como arquivístico. Já foi feito o tratamento técnico de, aproximadamente, 90% do acervo bibliográfico, os quais já estão disponíveis em base de dados e no Pergamum. O acervo arquivístico, que são os documentos administrativos, acadêmicos e partituras, ainda está em processo para o início do tratamento técnico através do programa ICA-ATom¹.

A previsão é que até o final do ano, no site do CEMID, esteja disponível um link que vai abrir o Pergamum, o ICA-Atom¹ e mostrará todos os produtos e serviços do CEMID. Outros serviços ainda serão implantados como o serviço de permuta. (Informação verbal).

Ao ser perguntado sobre qual seria sua perspectiva para a ampliação do espaço físico da biblioteca, mostrou-se otimista com essas possibilidades.

Já está sendo analisado pelo diretor da EMUFPA e pelos arquitetos da UFPA o projeto para a ampliação do espaço físico da Biblioteca. Já vieram verificar o local e o processo de ampliação já está em andamento. Acredito que em pouco tempo começam as construções que serão muito valiosas para a acessibilidade física da biblioteca. (Informação verbal).

Com relação às futuras melhorias no aspecto de acessibilidade aos PNE, ele falou dos projetos que estão sendo elaborados e as possíveis aquisições de aparatos tecnológicos:

Estamos pensando em um projeto da biblioteca para ser elaborado, em conjunto com os professores que têm projetos específicos com PNE e utilizam a música como inclusão educacional e social.

Está sendo agendada uma reunião com o responsável pela TI para que seja implantada uma estação de estudo com softwares específicos, livros digitais, biblioteca digital, mais materiais em Braille e outros produtos e serviços que sejam necessários. Essa é a nova vertente, pensar na acessibilidade com relação aos PNE. Os projetos de inclusão da EMUFPA já são reconhecidos por sua relevância e essas melhorias colocarão não só o CEMID como também a EMUFPA como referência, não só na área de música como também, dos projetos de inclusão social (Informação verbal).

¹É um aplicativo que descreve o documento e disponibiliza por meio de imagens via web

A Biblioteca da EMUFPA oferece produtos e serviços de qualidade para diferentes públicos, porém, devido às recentes mudanças no local de funcionamento, foi possível perceber o quanto ainda precisa ser feito para que seja um ambiente acessível, dentro dos parâmetros estabelecidos de desenho para todos.

6 RESULTADOS

Através da pesquisa bibliográfica percebeu-se a importância da inclusão social, especialmente no aspecto educacional, para o desenvolvimento pessoal e social das pessoas PNE; conhecemos as leis que apoiam a inclusão de PNE, os direitos concedidos aos PNE nas escolas, como também, nas bibliotecas.

Através de pesquisa documental, buscou-se identificar os alunos PNE matriculados na EMUFPA, porém não foi possível quantificar, devido à falta de cadastro específico para PNE. Foi feito contato com os professores da EMUFPA, através de e-mail (apêndice C) para saber se em suas turmas havia algum aluno PNE matriculado, porém, apenas 20% destes responderam e afirmaram que não havia nenhum, mas que tinham conhecimento que em outras turmas havia alunos PNE matriculados.

A falta de identificação dos alunos PNE matriculados na EMUFPA dificultou o contato para entrevista com os mesmos. Foi possível fazer entrevista com apenas seis alunas de diferentes projetos de inclusão para PNE. Mostraremos nos quadros a seguir o resultado das entrevistas feitas com alunas PNE da EMUFPA.

O quadro 7 mostra a designação das alunas entrevistadas, identificadas apenas por letras maiúsculas, a fim de preservar suas identidades, a idade, o projeto do qual fazem parte e o tipo de necessidade apresentadas pelas mesmas.

Quadro 7: Pessoas PNE entrevistadas na EMUFPA

Pessoa	Sexo	Idade	Projeto	Necessidade Especial
A	Feminino	20	PCA	Dislexia
B	Feminino	22	ECMAV- PDV	Retinopatia da prematuridade
C	Feminino	14	ECMAV- PDV	Cegueira total
D	Feminino	62	Teclado Eletrônico pra Terceira Idade	Pessoa idosa
E	Feminino	60	Teclado Eletrônico pra Terceira Idade	Pessoa idosa
F	Feminino	65	Teclado Eletrônico pra Terceira Idade	Pessoa idosa

Fonte: Próprio autor, 2016.

O quadro 8 mostra o resultado da pergunta nº 1 que busca saber se as alunas costumam frequentar a biblioteca. A e B responderam que vão algumas vezes. De acordo com o relato das mesmas, elas raramente vão à biblioteca. A aluna B vai algumas vezes acompanhada pela professora e as outras responderam que não.

Quadro 8- Resultado da pergunta nº 1

A	Algumas vezes
B	Algumas vezes
C	Não
D	Não
E	Não
F	Não

Fonte: Próprio autor, 2016.

O quadro 9 mostra o resultado da pergunta nº 2. Ao ser perguntado sobre os serviços que costumam utilizar na biblioteca, quatro alunas responderam que não utilizam nenhum, apenas duas responderam que utilizam o serviço de consulta local, porém consideram o acervo insuficiente para atender as necessidades informacionais, principalmente quando procuram por materiais em Braille (geralmente partituras).

Quadro 9- Resultado da pergunta nº 2

A	Consulta local
B	Consulta local (de material em braile)
C	Nenhum
D	Nenhum
E	Nenhum
F	Nenhum

Fonte: Próprio autor, 2016.

O quadro 10 mostra o resultado da pergunta nº 3. Ao ser perguntado sobre os motivos de não utilizar os demais serviços oferecidos pela biblioteca, metade respondeu que não necessitavam da utilização dos demais serviços e as outras que não conheciam os serviços oferecidos pela biblioteca.

Quadro 10- Resultado da pergunta nº 3

A	Não necessita
B	Não necessita
C	Não necessita
D	Desconhecimento
E	Desconhecimento
F	Desconhecimento

Fonte: Próprio autor, 2016.

O quadro 11 mostra o resultado da pergunta nº 4. Ao ser perguntado se o serviço de empréstimo e/ou devolução oferecido pela biblioteca é satisfatório para atender suas necessidades de informação, três alunas responderam que não e as outras que não sabiam, pois, nunca tinham ido à biblioteca.

Quadro 11- Resultado da pergunta nº 4

A	Não
B	Não
C	Não
D	Talvez
E	Talvez
F	Talvez

Fonte: Próprio autor, 2016.

O quadro 12 mostra o resultado da pergunta nº 5. Ao ser perguntado como avaliavam as condições de acessibilidade oferecidas pela biblioteca duas alunas responderam que acham ruim as condições de acessibilidade tanto arquitetônica, bibliográfica como tecnológica e as outras não souberam responder.

Quadro 12- Resultado da pergunta nº5

A	Ruim
B	Ruim
C	Desconheço
D	Desconheço
E	Desconheço
F	Desconheço

Fonte: Próprio autor, 2016.

O quadro 13 mostra o resultado das perguntas nº 6, 7 e 8. Ao ser perguntado se a biblioteca está adequada nos aspectos bibliográfico, tecnológico e quanto à acessibilidade física para satisfazer suas necessidades informacionais duas alunas responderam que não e as outras que não sabiam.

Quadro 13- Resultado das perguntas nº 6, 7 e 8

A	Não
B	Não
C	Desconheço
D	Desconheço
E	Desconheço
F	Desconheço

Fonte: Próprio autor, 2016.

O quadro 14 mostra o resultado da pergunta nº 9. Ao ser perguntado se enfrentavam algum tipo de dificuldade para utilizar os serviços e/ou produtos da biblioteca. A aluna A respondeu ter dificuldades quanto às pesquisas, pois, considera o acervo inadequado, necessita de mais bibliografias especializadas para deficientes. A aluna B respondeu que a falta de material em Braille e a tecnologia para transcrição de partituras são os maiores entraves. As alunas C, D, E e F não souberam responder, pois não costumavam frequentar a biblioteca, sendo que a última observou a falta de sinalização da biblioteca e declarou que não sabia da existência da mesma.

Quadro 14- Resultado das perguntas nº 9

A	Adequação do acervo
B	Barreiras da informação e tecnológica
C	Não soube responder
D	Não soube responder
E	Não soube responder
F	Não soube responder

Fonte: Próprio autor, 2016.

O quadro 15 mostra o resultado da pergunta nº 10. Ao ser perguntado sobre que reformas e/ou adequações beneficiariam suas vidas como usuário da biblioteca a maioria respondeu que melhorias na acessibilidade física e tecnológica seriam muito importante.

Quadro 15- Resultado das perguntas nº 10

A	Ampliação do espaço físico, aquisição de literaturas especializada e acessibilidade tecnológica.
B	Acessibilidade arquitetônica, tecnológica e bibliográfica para deficientes visuais.
C	Acessibilidade tecnológica para deficientes visuais
D	Desconheço
E	Desconheço
F	Visibilidade dos produtos e serviços da biblioteca

Fonte: Próprio autor, 2016.

De acordo com a análise dos resultados das entrevistas feitas com alunos PNE percebeu-se que a maioria não costuma frequentar a biblioteca; as barreiras urbanísticas, na comunicação e informação e tecnológicas são os maiores entraves para a biblioteca ser acessível. Outros entrevistados não conheciam a biblioteca, bem como seus produtos e serviços.

Para uma melhor percepção do ambiente estudado, foi feita entrevista com servidores da biblioteca da EMUFPA a fim de mostrar a opinião dos mesmos com relação ao trato com PNE. O quadro 16 mostra a identificação dos servidores entrevistados.

Quadro 16: Servidores da EMUFPA entrevistados

Pessoa	Sexo	Função
A	Masculino	Bibliotecário
B	Feminino	Bolsista
C	Feminino	Bolsista

Fonte: Próprio autor, 2016.

O quadro 17 mostra o resultado da pergunta nº 1 da entrevista feita com servidores da EMUFPA. Ao ser perguntado sobre Qual o tipo de deficiência mais comum entre usuários reais da biblioteca, A e B afirmaram que são os portadores de

deficiências visuais e a C respondeu que, como está a pouco tempo estagiando na biblioteca ainda não atendeu nenhum usuário deficiente.

Quadro 17: Resposta da pergunta nº 1 (servidores)

A	Deficiência visual
B	Deficiência visual
C	Não soube responder

Fonte: Próprio autor, 2016.

O quadro 18 mostra o resultado da pergunta nº 2 da entrevista feita com servidores da EMUFPA. Ao ser perguntado quais os produtos e/ou serviços mais procurados por PNE na biblioteca. O servidor A respondeu ser o empréstimo de partituras e livros em Braille. A servidora B respondeu que ainda não atendeu nenhum PNE e a C não soube responder.

Quadro 18: Resposta da pergunta nº 2 (servidores)

A	Empréstimo de livros e partituras em Braille
B	Não atendeu nenhum
C	Não respondeu

Fonte: Próprio autor, 2016.

O quadro 19 mostra o resultado da pergunta nº 3. Ao ser perguntado sobre quais os tipos de produtos e/ou serviços específicos para PNE que a biblioteca oferece A e B concordaram que é o empréstimo ou consultas local de material em Braille e C não respondeu.

Quadro 19: Resposta da pergunta nº 3 (servidores)

A	Empréstimo ou consulta local de material em Braille
B	Empréstimo ou consulta local de material em Braille
C	Não respondeu

Fonte: Próprio autor, 2016.

O quadro 20 mostra o resultado da pergunta nº 4 da entrevista feita com servidores da EMUFPA. Ao ser perguntado se já vivenciou alguma dificuldade no atendimento a alguma pessoa com deficiência, o servidor A respondeu que não, pois sempre os alunos vão acompanhados de seus professores, B e C responderam que, não vivenciaram tal situação, pois ainda não atenderam nenhum PNE.

Quadro 20: Resposta da pergunta nº 4 (servidores)

A	Não
B	Não
C	Não

Fonte: Próprio autor, 2016.

O quadro 21 mostra o resultado da pergunta nº 5. Ao ser perguntado sobre que alterações poderiam ser feitas para um melhor atendimento às pessoas com deficiências, A e B concordaram que cursos de capacitação e a aquisição de recursos de tecnologia assistiva seriam muito importante para a melhoria do atendimento de PNE no ambiente da biblioteca, o servidor A acrescentou, ainda, as adaptações arquitetônicas, que trarão melhores possibilidades de acessibilidade para PNE. A servidora C não respondeu.

Quadro 21: Resposta da pergunta nº 5 (servidores)

A	Cursos de capacitação, aquisição de recursos de tecnologia assistiva (mobiliários, equipamentos e software) e adaptações arquitetônicas.
B	Cursos de capacitação, aquisição de recursos de tecnologia assistiva (mobiliários, equipamentos e software).
C	Não respondeu

Fonte: Próprio autor, 2016

De acordo com análise dos resultados das entrevistas feitas com servidores, constatou-se que as deficiências mais comuns entre usuários reais da biblioteca é a deficiência visual; os produtos mais procurados por estes são os livros e partituras em Braille; os produtos e/ou serviços específicos para PNE que a biblioteca oferece

é o empréstimo ou consultas local de material em Braille. Declararam não ter vivenciado nenhuma dificuldade no atendimento, pois os alunos sempre vão acompanhados pelos professores; apontaram como sugestões para melhoria no atendimento: cursos de capacitação, a aquisição de recursos de tecnologia assistiva e a construção de passarela com sinalização.

De acordo com observações feitas no local percebeu-se a existência de barreiras que dificultam a acessibilidade ao ambiente da biblioteca a alunos PNE.

Além dos aspectos tecnológicos e informacionais, existem barreiras urbanísticas e arquitetônicas que se constituem grandes entraves para a acessibilidade ao ambiente da biblioteca, como por exemplo, a calçada que está em condições precárias e não existe rota acessível (Figura 1).

Figura 1- Área da frente da EMUFPA



Fonte: Próprio autor, 2016

O desconhecimento do espaço da biblioteca que foi sinalizado por algumas alunas entrevistadas é reflexo da barreira na informação e comunicação, pois não existe placa de sinalização que indique o local da biblioteca. A facilidade de locomoção por parte de alunos PNE com deficiência visual não sugere que a rota de acesso esteja livre de entraves, é possível perceber a existência de barreiras arquitetônicas através da ausência de rota acessível com piso tátil, direcional ou de alerta (Figura 2).

Figura 2- Área da entrada da Biblioteca



Fonte: Próprio autor, 2016

A biblioteca possui um valioso acervo, com alguns materiais em Braille, porém não suficiente para atender a demanda (Figura 3).

Figura 3- Manual em Braille (em destaque)



Fonte: Próprio autor, 2016

Quanto aos recursos tecnológicos, a biblioteca não possui produtos de tecnologia assistiva como computadores compatíveis para atender deficientes visuais, lupas, tiposcópio. A maior dificuldade apontada por alunas deficientes visuais foi a falta de partituras em Braille.

Figura 4- Partitura em Braille



Fonte: Google, 2016

A biblioteca não possui uma máquina de musicografia Braille para a transcrição das partituras. A impressão das partituras transcritas para o Braille é feita na Biblioteca Central da UFPA o que demanda tempo para que esse material chegue às mãos do aluno.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisadores que se dedicam ao estudo do tema inclusão social confirmam que a mesma tem alcançado um patamar de relevância nas novas esferas da sociedade. Os conceitos de acessibilidade foram evoluindo e o entendimento de que as diversidades humanas não podem constituir-se em impedimentos para uma integração social tem sido valorizado.

A EMUFPA tem atuado como escola inclusiva, fato que é percebido pelos programas e projetos de extensão e por meio da integração, em suas turmas regulares, de alunos PNE. Apesar de tudo, ainda existem muitas barreiras que dificultam o processo de inclusão por meio da acessibilidade. O projeto político pedagógico que atende a EMUFPA não contempla conteúdo necessário que atendam as necessidades de inclusão, a falta de recursos humanos, com profissionais especializados para dar o suporte necessário, os recursos para a aquisição de aparatos tecnológicos adequados são entraves que foram percebidos no decorrer da pesquisa.

Através da análise do conteúdo das entrevistas perceberam-se quais os motivos da ausência de alunos PNE na biblioteca. Essa evasão é decorrente da falta de acessibilidade, em diversos aspectos. Dentro do projeto arquitetônico para o local atual de funcionamento da biblioteca não foi pensado o princípio de *Desenho para Todos*, o acervo em Braille, que é o mais procurado pelos deficientes visuais, que constituem a maior demanda dos usuários PNE da biblioteca, é insuficiente para atender as necessidades informacionais, como também, as barreiras tecnológicas, que constituem outro entrave. Cabe ressaltar, que os próprios entrevistados informaram essas deficiências.

Outro motivo que leva a ausência de usuários PNE na biblioteca é a barreira na comunicação e informação, a falta de comunicação visual, através de pisos táteis, placas de identificação ou serviços de alerta são elementos que têm se constituído barreiras para a visibilidade da biblioteca.

Não podemos dizer que a EMUFPA, e, principalmente, a biblioteca não tem pensado na acessibilidade para PNE. É possível perceber isso através dos relatos do bibliotecário que mencionou os projetos que devem garantir uma melhor

acessibilidade, tanto arquitetônica, através da ampliação do espaço físico, como tecnológica, com a implantação da estação de estudos com softwares específicos e biblioteca digital.

Outro aspecto relevante para garantir a acessibilidade é a adequação do acervo por meio do desenvolvimento de coleções que é feito anualmente. Fazer estudo de usuário e disponibilizar serviços de alerta, também são importantes dentro dessa nova perspectiva. Nesse contexto, a biblioteca enquanto espaço inclusivo deve buscar melhorias que visem promover a acessibilidade informacional a todos quantos fazem parte do cenário da educação inclusiva da EMUFPA.

A inclusão social por meio da acessibilidade precisa sair dos discursos e fazer parte da realidade dos PNE. Ainda há muito que fazer para que todos possam usufruir, de maneira igualitária, dos direitos conferidos a todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

BARROS, Lilian Cristina da Silva; GOMES, Luciane Sobania. **Memória e história: 40 anos da Escola de Música da UFPA**. Belém: EDUFPA, 2004.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana P.M. (org.) **Métodos para a pesquisa em ciência da informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 2007.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá providências. Disponível em:

<<http://WWW.planalto.gov.br/ccivil/03/decreto/d.3298.htm>. Acesso em 31 mar. 2016.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Disponível em: <http://WWW.planalto.gov.br/ccivil/03/Ato_2004-2006/2004/Decreto/d.5296.htm. Acesso em 31 mar. 2016.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde. Institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em:

<http://WWW.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7853.htm>. Acesso em 31 mar. 2016.

BRASIL. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em:

<http://WWW.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10048.htm>. Acesso em 31 mar. 2016.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:

<http://WWW.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato_2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 31 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999.

Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf. Acesso em 02 jul. 2015.

CALAZANS, Angélica Toffano Seidel. Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. In: MUELLER, Suzana P.M. (Org.) **Métodos para a pesquisa em ciência da informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 2007.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2009.

KARAGIANNIS, Anastásio; STAINBACK, William; STAINBACK Susan. Fundamentos do ensino inclusivo. In: STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MACEDO, Manoel Moacir Costa. **Metodologia científica aplicada**. Brasília: Scala Gráfica e Editora, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

MAZZONI, Alberto Angel et al. Aspectos que interferem na construção de acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ci. Inf.**, Brasília, DF. V.30, n.2, p.29-34, ago. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652001000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 jan. 2016.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário de pesquisa para alunos PNE da EMUFPA

Nome:

Sexo:

Idade:

Telefone:

Curso:

Tipo de deficiência:

Estou desenvolvendo a pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso intitulada: “Inclusão social por meio da acessibilidade no ambiente da biblioteca”, sob a orientação da Profª Maria Raimunda de Sousa Sampaio do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará. O Trabalho tem por objetivo: Conhecer como a acessibilidade aos serviços de informação é importante no processo da inclusão social para Portadores de Necessidades Especiais no ambiente da biblioteca da Escola de Musica da UFPA. Solicito a gentileza de responder com maior honestidade possível. As informações prestadas neste estudo serão tratadas com sigilo. Os nomes dos participantes não serão divulgados em nenhuma hipótese. O relatório final da pesquisa apresentará os dados em seu conjunto de modo que não será possível a identificação dos entrevistados.

ROTEIRO DE ENTREVISTA– ALUNO

1- Você costuma frequentar a biblioteca da EMUFPA?

() Sim.

() Não.

Justifique sua resposta:

2- Dentre os serviços oferecidos pela biblioteca citados abaixo qual você mais utiliza:

() serviço de empréstimo e devolução de livros

() consulta local

() orientação para pesquisa

() normalização de trabalhos acadêmicos

() outros.

() nenhum

- 3- Quais os motivos de não utilizar os serviços não marcados na questão anterior?
- ☐ Desconhecimento
 - ☐ Não necessita
 - ☐ Outro.
- 4- O serviço de empréstimo e devolução oferecido pela biblioteca é satisfatório para atender suas necessidades de informação?
- ☐ sim
 - ☐ não
 - ☐ talvez
- 5- Como você avalia as condições de acessibilidade oferecidas pela biblioteca:
- ☐ ótimo
 - ☐ bom
 - ☐ regular
 - ☐ ruim
- 6- Você acha que a biblioteca está adequada (no aspecto bibliográfico) para satisfazer suas necessidades informacionais?
- ☐ Sim.
 - ☐ Não.
- 7- Você acha que a biblioteca está adequada (no aspecto tecnológico) para satisfazer suas necessidades informacionais?
- ☐ Sim.
 - ☐ Não.
- 8- Você acha que a biblioteca está adequada (quanto a acessibilidade física) para satisfazer suas necessidades informacionais?
- ☐ Sim.
 - ☐ Não.
- 9- Você enfrenta algum tipo de dificuldade para utilizar os serviços e/ou produtos da biblioteca?
- ☐ Sim. Qual?
 - ☐ Não
- 10- Existem reformas e/ou adequações você percebe que beneficiariam sua vida como usuário da biblioteca? Quais?

APÊNDICE B - Roteiro de pesquisa para servidores

ROTEIRO DE ENTREVISTA – SERVIDORES

Nome:

Telefone:

Função:

1- Qual o tipo de deficiência mais comum entre usuários reais da biblioteca?

- ☐ () deficiência visual
- ☐ () baixa visão
- ☐ () surdo/mudo
- ☐ () deficiência física
- ☐ () deficiência intelectual
- ☐ () paralisia cerebral
- ☐ () outros. Quais?

2- Quais os produtos e/ou serviços mais procurados por Portadores de Necessidades Especiais (PNE) na biblioteca?

Resp.

3-Quais os tipos de produtos e/ou serviços específicos para PNE que a biblioteca oferece?.

Resp

4- Você já vivenciou alguma dificuldade no atendimento a alguma pessoa com deficiência?

Resp.

5- Que alterações poderiam ser feitas para um melhor atendimento a pessoas com deficiência

- ☐ () cursos de capacitação
- ☐ () aquisição de recursos de Tecnologia Assistiva (mobiliários, equipamentos e software)
- ☐ () adaptações arquitetônicas
- ☐ () outros. Quais?

APÊNDICE C – Carta ao professor da EMUFPA

Belém, 12 de abril de 2016

Caro professor

Sou discente do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará e estou fazendo uma pesquisa sobre Inclusão social por meio da acessibilidade no ambiente da biblioteca com alunos PNE da EMUFPA.

Procurei a secretaria da escola, mas não existe um cadastro específico a fim de identificar esses alunos. Por esse motivo, gostaria de contar com sua cooperação no sentido de me informar se há algum aluno PNE matriculado em sua turma.

Desde já agradeço sua cooperação.

Atenciosamente

Kátia Regina Gonçalves de Jesus